Portugal contemporaneo, Vol. 2 (of 2)

J. P. (Joaquim Pedro) Oliveira Martins

MUNDO DE LIBROS

Vista previa gratuita · Mundo de Libros · tiendamundodelibros.com

Portugal contemporaneo, Vol. 2 (of 2)

J. P. (Joaquim Pedro) Oliveira Martins

Edición digital de dominio público.
Texto original: Project Gutenberg.
Mundo de Libros

Portugal contemporaneo

J. P. OLIVEIRA MARTINS

Portugal contemporaneo

3.ª EDIÇÃO (POSTHUMA) e com as alterações e additamentos deixados pelo auctor

TOMO II

[Illustração]

LISBOA
LIVRARIA DE ANTONIO MARIA PEREIRA--EDITOR
50, 52,--Rua Augusta--52, 54
1895

PORTUGAL CONTEMPORANEO

LIVRO QUARTO

A ANARCHIA LIBERAL (1834-39)

I

O REGABOFE

1.--A SESSÃO DE 1834-35

No dia 15 de agosto, D. Pedro abriu solemnemente as camaras. A physionomia da assembléa era diversa em tudo da de 26-8. Bem se póde dizer que não estava alli a maior parte da nação, exterminada pela guerra, ou jazendo esmagada sob o pé do vencedor. Era o Portugal-novo que reinava, sobre os destroços e ruinas da nação antiga. A camara reunia-se n'um d'esses conventos saqueados, onde á pressa se levantou uma sala com paredes pintadas de azul e branco e um tecto de vidraças a que a rhetorica posterior chamou _abobadas_. Tudo era novo e cheirava ainda ás tintas, como o systema improvisado. D. Pedro, o faxina das trincheiros do cerco, viro-se o mestre das obras parlamentares, e um desembaraço egual fez com que a casa se achasse tambem prompta a horas. Despresando ministros e conselheiros, tratou a obra com um rapaz havia pouco chegado de fóra, o architecto Possidonio. Esto fel-a, e teve a idéa de pôr nas paredes, como ornato, uns medalhões com o nomes dos homens celebres de Portugal. N'um escreveu o do marquez de Pombal. E quando os ministros vieram vêr as obras exasperarem-se: «o marquez do Pombal! é lisongear Saldanha, meus senhores.» Seria o architecto da opposição? Houve conselho de ministros, em que se resolveu supprimir essa allusão perfida, dando-se ordem ao architecto para cobrir os nomes com uma aguada que em dias humidos mal esconde as letras douradas subjacentes. (_Apont. da vida_, etc.)

Tal era, ainda depois dos accôrdos do Cartaxo, o receio que inspirava o chefe da opposição. As camaras iam abrir-se; e por mais que tivessem feito, os ministros não tinham podido impedir que o Minho bucolico enviasse ao parlamento Manuel Passos, chefe sympathico e

ingenuo de uma opposição pessoal ao regente e ao seu governo, e de uma opposição formal ás doutrinas da CARTA. Os saldanhistas possuiam uma especie nova de LIBERDADE, e propunham-se decididamente a fazel-a vingar sobre as ruinas da anterior. Fóra da camara, o _Nacional_, do Rio-Tinto que não gozava de boa fama, apoiava opposição parlamentar.

* * * * *

Constituiu-se a camara e começou a guerra. A primeira batalha foi a da questão Pizarro. O coronel, eleito deputado por Traz-os-Montes, viera para o reino, d'onde o expulsava um decreto formal e pessoal do regente, e fôra preso e encerrado em S. Julião. Era um attentado á immunidade parlamentar, clamava a opposição; e o governo respondia que a eleição fôra nulla pela inelegibilidade de um homem pronunciado por crime de alta traição. Sob taes formulas legaes se encobria de parte a parte a verdadeira questão: defender Pizarro, era atacar em cheio D. Pedro, seu pessoal inimigo.

Levado pelo impeto de uma séria crença na liberdade, de uma esperança formal nas instituições, Passos que luctava á frente, como já verdadeiro chefe da opposição, embora Saldanha se tivesse sentado no banco mais alto da mais extrema esquerda: Manuel Passos abandonava o pretexto, e punha nitidamente a questão. A camara era coisa nenhuma, nem representava a opinião do paiz. Não houvera liberdade nas eleições. A censura prévia aguilhoava as manifestações do pensamento. Não havia liberdade de imprensa, nem camaras municipaes, fóra Lisboa e Porto: apenas commissões nomeadas. Durante as eleições tinham-se suspendido as garantias.--Que se devia fazer? Era claro, simples e urgente: estabelecer a liberdade de

imprensa, supprimir a suspensão de garantias, eleger camaras municipaes, e por fim dissolver o parlamento, convocando côrtes constituintes. (Disc. de 25 de agosto)

Pois a constituição não estava feita? Não, por fórma nenhuma: esse corpo de doutrina que fôra a bandeira de uma guerra e em cujo nome se tinha invadido e revolucionado o reino, era renegado por uma opposição enthusiasta e moça, a quem o futuro sorria. Ai de Mousinho, que estava certo de ter encontrado a fórmula verdadeira e definitiva!

E quem era o culpado de tão flagrantes infracções á doutrina liberal, segundo a entendia a opposição? Quem, mais do que esse ministerio obnoxio--para não dizer o nome de D. Pedro, com o qual todos sabiam que o ministerio fazia um? Depois da convenção de Evora-Monte, elles, opposição, queriam a paz, a liberdade e a ordem; mas os ministros (leia-se: o regente) deram á nação, em premio de seus serviços, o regime da arbitrariedade, e a honra de pagar sessenta contos annuaes ao tyranno vencido.--«O infeliz coronel Pizarro (regressando ao ponto de partida) jaz n'uma masmorra porque o ministerio actual se constituiu impio testamenteiro d'aquelle Coriolano tres vezes traidor á patria». O Coriolano de Passos (a quem a educação jacobina inspirava nomes romanos) era o fallecido Candido José Xavier que pegára em armas contra a patria.--A camara, de pé, clamou por ordem. (Disc. de 25 de agosto)

* * * * *

Era o que todo o reino pediria, se tivesse alma para pedir alguma cousa. A metade vencida gemia porém, esmagada; e a vencedora borborinhava tonta na faina de disputar o despojo da guerra. Cada

qual chamava a si uma parte maior ou menor da victoria, considerando-se com direitos particulares adquiridos. Havia uma grande voracidade; mas acima dos que faziam das opiniões o rotulo da sua fome, erguia-se Passos, o stoico, exigindo a victoria dos principios, não a dos homens e seus desejos e ambições. Outros lançavam-se desesperados ao ministerio e ao regente, «porque essa roda comia tudo»; elle dirigia o côro das imprecações, mas sereno, com os olhos fixos na imagem etherea, nebulosa das suas cogitações e sonhos: uma liberdade candida, pura, pacifica!

Entrou na camara a questão da legalidade com que D. Pedro exercera e exercia o papel de regente, pômo das discordias antigas e sabidas da emigração; e Passos dizia: «Eu sou um implacavel inimigo das dictaduras». Como era novo ainda, e crente, o homem que só com essa dictadura detestada veiu dois annos depois a outorgar a _sua_ liberdade!--E falseando um pouco os factos, continuava «que, porém, se no momento de Paris fosse necessario um plebiscito para elevar o imperador á terrivel dignidade de dictador, todos elles, opposição, estavam promptos a assignal-o com o proprio sangue. Agora o caso mudava: era mistér voltar á legalidade, e que se reconhecesse a soberania do povo nas suas assembléas.»--Referindo-se logo ao principe, falava em termos que na bocca de outro seriam crueis ironias, e na d'elle eram desejos ingenuos, tanto a virtude se confunde com a simplez! «Sacrificae o pae da patria!.. E quanto o conheceis pouco e mal! S. M. I. é um principe philosopho. Cansado da purpura para gozar a vida privada, com que philosophia não rejeitou ainda ha pouco a corôa imperial!» (Disc. de 25 de agosto)

Cansado da vida, golfando sangue, estava prostrado no leito o desilludido principe que morreu a tempo. Perante este facto que trazia

um novo elemento de complicações á trama cerrada dos embaraços desencadeados pela liberdade, Palmella, com uma auctoridade que era soberana, pois já lh'a não disputava o ex-emulo Saldanha, interveiu a tempo: demittiu o ministerio, collocou-se-lhe nas cadeiras, dando a rainha por maior, afim de preencher esse logar vago a que o liberalismo chama throno. Ninguem melhor servia para isso do que uma creança apenas mulher, pessoa sem querer, symbolo em vez de realidade, como os vultos de palha que se põem nas cearas para afugentar os pardaes vorazes. Estonteada, ainda a opposição clamou; e nos pares, Fronteira e Villa-Real, Lumiares, Loulé e Taipa, votaram contra a maioridade da rainha, pedindo a regencia da Infanta D. Isabel Maria. Taipa dizia alto e bom som que o ministerio era uma camarilha feita para devorar o paiz á sombra de uma creança. A infeliz CARTA, já violada na questão da regencia, era segunda vez rasgada na da maioridade da rainha!

* * * * *

Enterrado D. Pedro, caído o seu velho ministerio, extinguia-se um pedaço do passado incommodo: começava com a rainha a vida nova parlamentar-liberal. Mas, se para os radicaes a cova engulira o tyranno regente, para os liberaes o espectro de D. Miguel mantinha-se-lhes perante a vista esgazeada, ainda antes da vinda da noticia o protesto do exilado em Genova.

No ardor da guerra, abandonadas todos as idéas stoicas de Mousinho, decretara-se (31 de agosto de 33) a expropriação de um partido pelo outro, sob o nome de Indemnisações. Tinham-se tornado responsaveis os auctores da usurpação (todos e cada um _in solidum_, por suas pessoas e bens) pelas perdas e damnos causados pela usurpação. Os

bens miguelistas eram sequestrados e vendidos em praça: isto é, transferidos por nada aos arrematantes liberaes, quando não eram adjudicados directamente aos vencedores lesados por não haver na praça lanço egual á avaliação. Tinham-se creado commissões avaliadoras das perdas e damnos, as quaes davam aos interessados cedulas acceitaveis como dinheiro nas arrematações dos bens.

D'este modo se fartou muita gente, e o devorar teria continuado, se, ainda antes da intervenção das camaras, não tivesse intervindo o embaixador inglez, exigindo o terminar da faina. Parara-se pois; mas o decreto não revogado estava suspenso sobre a propriedade dos vencidos. Considerava-se indispensavel essa ameaça, porque o medo de uma restauração era grande. Circulavam boatos aterradores. Dizia-se que D. Miguel desembarcara em Hespanha, e atravessara a serra Morena com 40:000 homens. A guerra carlista ardia para lá das fronteiras, e, se vencesse, venceria em Portugal o miguelismo. Havia uma emigração consideravel para os exercitos carlistas: tão grande que, apesar da LIBERDADE, se propunha na camara a negação de passaportes aos emigrantes. Fervia o roubo, o assassinato, a desordem, a vingança, por todo o reino; e a nau liberal, fundeada no porto, amarrada com as ancoras da quadrupla alliança, ainda balouçava como n'um mar banzeiro. A tripulação não se considerava salva. Nas guardas nacionaes só se admittiam os fieis a D. Maria, inimigos sabidos de D. Miguel.

O decreto das indemnisações confiara ás camaras municipaes as funcções de tribunal supremo para as causas disputadas; e coube a José Passos, sosia burguez do irmão poeta, a honra de atacar de frente, pela primeira vez, a iniquidade. O Porto elegera-o presidente do seu primeiro senado em março (34) e elle recusou-se formalmente

a exercer as funcções de juiz n'esses processos de espoliação. A camara foi dissolvida, mas tambem o decreto suspenso até que o parlamento resolvesse.[1]

O parlamento decidiu, abolindo-o. Ergueu-se, para o condemnar, Mousinho que abolira no codigo penal o confisco, na Terceira os sequestros, e no Porto não consentira se bolisse na arca santa da liberdade individual. Ergue-se Passos, falando em paz, em amor, convidando a nação a um abraço no seio da democracia. Ergueram-se Rodrigo, Seabra, e por fim, vencido, o proprio Agostinho José Freire que fôra o auctor da lei da vindicta.

Já a esse tempo (janeiro de 35) os medos se iam dissipando. Viera o protesto de D. Miguel, mas não lhe respondera uma revolução: apenas lhe respondeu a camara, rasgando tambem a convenção de Evora-monte, banindo-o e á sua geração do territorio portuguez, declarando-o revel e traidor. (Decr. de 19 de dezembro de 34). Assim o novo Portugal via desapparecerem de todo da scena os ultimos restos do passado. A estructura da nação caíra ás mãos de Mousinho; D. Pedro acabara n'uma golfada de sangue; D. Miguel matava-o o novo reino pela voz dos seus mandatarios. Começava uma vida nova com o reinado da joven rainha, a quem era mistér dar um marido, para haver herdeiros que satisfizessem a uma das formulas do systema. Estava pois fundeada a nau do liberalismo? Oh, não! Principia agora uma viagem nova para o navio cujo commando numerosos pilotos disputam--cada qual com sua carta, seu rumo, seu norte, sua bussola. Ha tantos destinos quantas cabeças, e assim deve ser no governo da Anarchia; mas antes que a viagem comece, é mistér estudarmos os fastos da anarchia positiva, exprimindo a realidade da doutrina nos primeiros momentos do seu imperio.

Hasta aqui llega la vista previa gratuita.

Sigue leyendo este libro completo en tu biblioteca:

compralo por $20 MXN o leelo con la Membresia ($149 / 30 dias).

tiendamundodelibros.com